

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

ALBERTON, Giuliana Victória da Silva¹

DE LUIZ, George Moraes²

RESUMO

Este artigo se constitui em um percurso histórico ao longo da construção das Políticas Públicas de Saúde da população LGBTTT e seus enfrentamentos, afim de compreender o processo de visibilidade da população transgênero como parte deste grupo. Dessa forma, recorreremos a pesquisa bibliográfica de perfil qualitativo, que nos possibilita compreender como se dá os significados referentes às políticas públicas que envolvem o público transgênero, bem como a inserção da atuação da psicologia nesta política. Utilizou-se dos pressupostos teóricos-metodológicos da psicologia social e de áreas afins. As discussões acerca das Políticas Públicas de Saúde LGBTTT intensificam a partir do ano 2008, devido a reivindicações desta população em busca de igualdade e equidade nos serviços. No entanto, é somente em 2011 que uma comissão do Conselho Federal de Psicologia (CFP) passa a compor o quadro de colaboradores que em conjunto com a população LGBTTT pensam sobre os atravessamentos que compõem as políticas. Faz-se necessário uma atuação mais presente de nossos profissionais neste campo de atuação que se expande a cada dia, cabe a nós psicólogos e profissionais da saúde promover espaços que contribuam com discussões atuais sobre a temática e, ainda, empenhar através do papel da psicologia a construção de novos sentidos para as políticas públicas de saúde da população Transgênero ressaltando as reivindicações centrais desse público, articulando-as aos sentidos expressos pelo Código de Ética do Profissional Psicólogo, bem como aos direitos e a dignidade humana.

PALAVRAS CHAVE: Psicologia Social, Políticas Públicas, Saúde, LGBTTT, Transgênero.

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

² Professor titular do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande, doutor em Psicologia Social pela PUC-SP.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma discussão acerca das políticas públicas de saúde para a população transgênero à luz dos pressupostos teóricos da psicologia e de áreas afins. Realizamos uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, identificando os temas geradores que compõe essas discussões, problematizando as informações sobre as conquistas desse grupo no que tange ao reconhecimento dos direitos civis e sociais. Inicialmente, buscou-se descrever o processo de visibilidade dos transgêneros, a construção e os avanços das políticas para a população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), e posteriormente, adentrarmos ao foco deste trabalho, lançando luz sobre a discussão a partir dos aportes teóricos da psicologia e de áreas afins. Com efeito, busca-se contribuir com a sistematização de estudos para que profissionais de saúde e sociedade civil entendam as especificidades da população transgênero.

Desse modo, Vieira (1998) explica que o transgênero ou transexual é aquele que não se identifica psicologicamente com o seu corpo biológico e com as imposições sociais. Relata ainda que para o transexual a solução é a cirurgia de adequação de sexo, a mudança para órgãos genitais que coincidam com seu gênero psíquico, indo em direção à satisfação e bem-estar pessoal. Somente um indivíduo capaz de discernir suas vontades e sentimentos é apto a realizar tal cirurgia.

Ao discutir sobre os dispositivos que atravessam a sexualidade humana, Foucault(1988) discorre acerca da repressão enfrentada ao longo dos séculos XVII e XIX, nos quais a população deveria seguir uma lógica sexual imposta por “padrões” de cunho religioso e social. Toda e qualquer dimensão de sexualidade que fugisse do matrimônio tradicional, ou seja, da união de um homem com uma mulher, era condenada e exposta a julgamentos diante de tribunais de ordem civil e religiosa. Foucault (1988) ressalta ainda que ir contra a imposição heteronormativa da sociedade, era visto como um potencial crime, de natureza jurídica, desse modo o sexo era algo fundamentalmente tido como um delito, algo fora da lei, deslocado de foro íntimo, de modo que o indivíduo fosse livre para expressar sua sexualidade.

Através de seu discurso Foucault faz uma crítica a intervenção dos saberes médicos sobre a sexualidade humana, visto que

a partir do momento em que passam a ser ‘coisa’ médica ou medicalizável, como lesão, disfunção ou sintoma, é que vão ser surpreendidas no fundo do organismo ou sobre a superfície da pele ou entre todos os signos do comportamento. O poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-os com os olhos; intensifica

regiões; eletriza superfícies; dramatiza momentos conturbados. (FOUCAULT, 1988, p. 44).

É neste momento que o poder ganha lugar de domínio sobre os corpos e a sexualidade individual, essa lógica produz um efeito de controle e vigilância sobre os prazeres e desejos do indivíduo, forçando-o a acatar um modelo social. O atravessamento do saber médico em patologizar e dizer “não” a sexualidade, que foge de uma lógica binária como é imposta, o que para o autor se configura como “prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela-se; por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo” (FOUCAULT, 1988, p.45).

Pesquisas anteriores reforçam a necessidade de abriremos espaço para tal discussão, bem como Laurentino (2015) discute em sua dissertação sobre a efetivação das políticas públicas de saúde ao público LGBTTT, visto que, a população sofre com descaso e preconceitos na área da saúde. O autor reforça ainda, como devemos estar atentos aos atravessamentos políticos que se fazem presentes na implantação de novas políticas, a adesão das gestões em cursos que qualifiquem seus profissionais, e para que o objetivo de reconhecimento da cidadania desta população se concretize, faz-se necessário debater sobre os recursos investidos, estratégias de educação e fornecer espaços em que se discutam essas ações afim de promover esclarecimentos e levar informações para a sociedade civil e acadêmica. Laurentino (2015) finaliza seu estudo relatando que ainda há um longo caminho a ser percorrido e que somente os estudos e aprofundamentos sobre as políticas públicas serão capazes de modificar as práticas dos profissionais.

Assim como este artigo visa contribuir com novas discussões sobre políticas públicas de saúde, as pesquisas de Detoni, Quartiero e Nardi (2012) indicam a necessidade de uma interação entre as redes de atenção básica e a formação e capacitação dos profissionais atuantes, para que reconheçam e respeitem os indivíduos atendidos dentro de suas singularidades. E ressaltam que as políticas públicas deveriam proporcionar acesso e autonomia na oferta de seus serviços, mas que alguns programas do Estado fortalecem o controle de corpos e estigmas dos grupos minoritários. Por isso, os autores destacam a importância e necessidade de estabelecermos novos saberes e produções teóricas que conduzam as práticas a uma lógica mais igualitária.

Ferraz e Kraiczuk (2010) trazem reflexões no que se referem aos desafios em busca de uma equidade nos atendimentos à população LGBTTT. Expõem que somente diante de condições emergentes é que o Estado Brasileiro reconheceu a necessidade da implantação de

Políticas de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Assim, mesmo com os resultados positivos acerca da saúde do público LGBT, a prática efetiva dessas políticas é um processo social complexo que depende da atuação dos gestores, profissionais da área da saúde, da sociedade civil e da academia, fornecendo contribuições que visam romper os desafios e busca a efetividade das antigas e novas políticas públicas no Brasil. E finalizam, reafirmando a necessidade de discutir o caminho percorrido para a construção das políticas públicas no país e as interferências ocorridas em suas implantações.

Já Soares, Massaro e Campanini (2010) discutem a atuação do psicólogo junto aos movimentos LGBTT, e perceberam os pré-conceitos da sociedade que permeiam os profissionais que atuam junto aos movimentos LGBTT e a recente a atuação da psicologia nessas discussões sociais e políticas. A pesquisa desses autores identifica que a população LGBTT vê o profissional psicólogo como apoio diante das dificuldades encontradas, sendo no contexto familiar, emocional, social e político. Assim, concluem com ponderações que nos fazem repensar as práticas do profissional psicólogo, pensando de forma ética as diversidades presentes em nosso campo de atuação, respeitando a orientação sexual dos sujeitos com uma visão sem a presença de valores morais, sociais ou religiosos.

Por fim, o presente artigo traz a importância de introduzir tais discussões a respeito das políticas públicas de saúde para a população transgênero, que enfrenta ao longo dos anos a invisibilidade e a exclusão nestes contextos. E destacar as contribuições que a psicologia pode oferecer na construção de novos sentidos, como profissionais que zelam pelos direitos humanos, promovem saúde e qualidade de vida das pessoas, eliminando toda e qualquer forma de desigualdade.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter bibliográfico, com o levantamento de bibliografias para que possamos identificar, explorar e reconhecer os aspectos que permeiam o tema selecionado. Dessa forma, Gil (2010) assinala os benefícios de se realizar uma pesquisa bibliográfica, descrevendo sobre as possibilidades de se obter informações e identificar as vastas áreas que discutem sobre o assunto pesquisado, muito mais do que se faria em um campo de pesquisa prático, deixando assim, o pesquisador ciente dos enfrentamentos que poderá encontrar.

Godoy (1995) argumenta que a abordagem qualitativa permite ao pesquisador explorar e sugerir novos enfoques de pesquisa ao campo de estudo. Dessa forma, Chizzotti (2003) esclarece que o termo qualitativo provoca uma “partilha densa com pessoas, fatos e locais que

constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes (p. 221)” podendo contribuir com informações extremamente relevantes para o público que terá acesso aos dados levantados por este projeto de pesquisa.

A revisão dos estudos percorrem diversas áreas até alcançar o campo da psicologia, é importante que se compreenda o percurso histórico para entendermos a inserção da psicologia na discussões sobre transgênero. O presente trabalho busca também propiciar reflexões à comunidade acadêmica sobre o amplo campo de trabalho, voltado ao público LGBTT, tendo em vista a subjetividade de cada sujeito. Além disso, busca abrir possibilidades de estudo no campo da psicologia, chamando atenção para os movimentos de políticas públicas de saúde voltadas ao público LGBTT.

O levantamento do material empírico das informações se deu através de uma revisão bibliográfica de forma sistemática, afim de delinear o objeto de estudo, mediante as plataformas digitais de pesquisa *online*, se iniciando pelo Google Acadêmico, posteriormente, focalizando a plataforma *Scielo* e, por último, em cartilhas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. A coleta dos dados foi realizada no período de 2000 a 2016, no qual abrange um maior número de discussões a respeito do tema proposto, para que a partir desses resultados possamos compreender, interpretar e expressar como se dão os significados referentes as políticas públicas que envolvem o público LGBTT para o campo de estudo da psicologia.

Como pesquisadores buscamos contribuir sempre de forma ética com os estudos que realizamos. Novos temas, abordagens teóricas e metodológicas permeiam nosso campo de estudo e como Chizzotti (2003) expõe, é o encontro desses processos que faz surgir um amplo debate, fortalecendo ainda mais a contribuição feita por esta estrutura de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados se deram da seguinte maneira: inicialmente, a busca de materiais foi realizada a partir das palavras-chaves: psicologia, políticas públicas e transgênero, dentre os artigos disponíveis pela plataforma, selecionamos 7, no período de 2000 a 2010. Posteriormente, selecionamos 30 artigos, no período de 2011 a 2016. Os artigos utilizados para a escrita desta revisão se deram a partir da leitura e da avaliação do conteúdo, se eram relevantes ao tema que estávamos pesquisando. Em um segundo momento optou-se por averiguar as publicações do ministério da saúde, onde encontramos 4 cartilhas que discutiam sobre o assunto discutido e empenhos da construção de políticas públicas voltadas ao assunto

pesquisado, bem como portarias que também subsidiam as práticas dos profissionais da saúde neste contexto.

Percebeu-se que as discussões acerca do tema proposto se intensificam a partir do ano 2008, na primeira Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTTT, revendo as reivindicações desta população em busca de igualdade e equidade nos serviços. Outro aspecto importante é que somente em 2011 uma comissão do Conselho Federal de Psicologia (CFP) passa a compor o quadro de colaboradores, que em conjunto com a população LGBTTT, pensam as Políticas e seus atravessamentos, momento esse em que a Psicologia parece se evidenciar como uma ciência social e política orientada pelos direitos humanos, abrindo espaço para discussões e propostas a respeito dos direitos sociais e a diversidade sexual. Pautados pelo compromisso ético da atuação profissional os psicólogos tem se envolvido cada vez mais na luta pela igualdade de direitos e movimentos sociais, visando sempre o bem-estar psicológico e social dos indivíduos.

3.1 Processo histórico dos movimentos que impulsionaram as políticas LGBTTT

Os movimentos se iniciam com o público homossexual, os gays, em busca de reivindicar seu direito de serem vistos e respeitados, com isso outros movimentos começaram a se impulsionar, como exemplo as lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Em um primeiro momento as frentes desses movimentos utilizavam da sigla GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes) e, posteriormente, fora substituída por GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, transexuais e travestis). No entanto os movimentos feministas iniciaram reivindicações para que o L viesse a frente e trouxesse maior visibilidade às mulheres pertencentes ao movimento, desta forma, durante a Conferência Nacional de 2008, o termo LGBT foi oficializado para abranger toda a população que reivindica seus direitos básicos: de saúde, cidadania, respeito.

A comunidade transgênero não era mencionada quando se explicava o significado do T na formação da sigla do movimento LGBT, foi então diante desta conferência que a comunidade transgênero, transexual e travesti, se fez presente e passou a exigir a utilização de mais um T, mudando a sigla para LGBTTT, aderido por alguns movimentos e simpatizantes do movimento. Entretanto, dentro da esfera das políticas públicas e sociais, o Brasil utiliza a sigla LGBT, percebe-se também uma diferenciação da sigla nos artigos e atos de apoio da ONU (Organização das Nações Unidas) em relação ao movimento, que por sua vez utilizam a terminologia LGBTI (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis e intersexos).

Para nos situarmos sobre as conquistas deste movimento, cabe realizarmos um breve percurso histórico das políticas públicas voltadas ao público LGBTTT no Brasil que tem início em 2004 com a implementação do movimento Brasil em Homofobia, programa que visa o combate à violência e discriminação do público LGBTTT, que, curiosamente, nesta cartilha, era nomeado como GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais). Para a elaboração deste programa o Governo Federal pautou-se na caminhada dos movimentos sociais deste público que desde os anos 1980 luta pela garantia de seus direitos, dignidade e respeito. Visa, incentivar a produção e elaboração de políticas voltadas ao combate de violência e discriminação sexual, além de buscar a inclusão e implementação de políticas públicas nos órgãos e ministérios dos governos federais, estaduais e municipais. (BRASIL, 2008).

Em 2008, com a Conferência Nacional GLBT, discussões a respeito dos direitos fundamentais de saúde e políticas públicas acessíveis emergiram a visibilidade de novas propostas e das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTTT, reforçando a fiscalização das medidas dispostas pelo Programa Brasil sem Homofobia de 2004. Diante das reivindicações trazidas pelos membros da comunidade LGBTTT participantes desta conferência novos planos de ação foram pensados em conjunto com a sociedade civil, secretaria de direitos humanos e membros do governo. Um avanço que cabe ressaltar é a atribuição pelo Ministério da Saúde através da portaria de nº 457 de agosto de 2008, ao Sistema Único de Saúde (SUS) toda a assistência ao processo transexualizador, já regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) seguindo a resolução nº 1.652 de 2002, posteriormente revogada pela resolução nº1.955 de 2010 desse órgão.

Seguindo as reivindicações da Conferência Nacional GLBT de 2008, ocorre a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicado em maio de 2009. Este plano visa reforçar os princípios do Programa Brasil sem Homofobia (2004), e traz em seus princípios o direito de não aceitar nenhuma prática social que criminalize, estigmatize e marginalize as pessoas por seu sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como, assume a responsabilidade de intervir nas ações do estado afim de romper com as lógicas que prejudiquem a população LBGTT, e ainda ampliar diante da participação social “os princípios de igualdade e respeito a diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social” (SEDH, 2009, p.12). Desta forma, luta-se pela aplicação universal dos direitos a toda a população LGBTTT.

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT aconteceu em dezembro de 2011. A partir dela que membros do CFP passam a compor a comissão que busca dialogar sobre os direitos humanos dessa população. Os organizadores deste evento frisaram os avanços em relação as reivindicações da população LGBTTT, o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a criação do módulo LGBTTT no serviço do disque 100, a criação do conselho LGBTTT entre outras conquistas, bem como, utilizam do espaço da Conferência para dialogar os avanços e retrocessos afim de pensar em conjunto políticas de enfrentamento as discriminações que ainda ocorrem aos cidadãos em respeito à sua orientação sexual e identidade de gênero. Foram discutidas também novas políticas de saúde e atenção à população LGBTTT que ainda se sente prejudicada e excluída nos contextos do SUS e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

A portaria nº2.836 de dezembro de 2011, institui ao âmbito do SUS, a Política de Saúde Integral LGBTTT, que visa um sistema universal, integral e equitativo aos atendimentos ao público LGBTTT, e se destaca com o reconhecimento dos efeitos da discriminação e exclusão no processo de saúde-doença, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde desta população em geral. A Política de Saúde LGBTTT reafirma a participação da comunidade e zela pela redução das desigualdades relacionada a esse grupo.

3.2 Psicologia e Políticas Públicas LGBTTT

Para discutirmos sobre políticas públicas é necessário entendermos sobre os aspectos que impulsionaram sua implantação no cenário social. Sendo assim, Cruz e Guareschi (2014) citando Cunha e Cunha (2002) discorrem como o Estado passou a ser responsabilizado após uma série de lutas e reivindicações, dessa forma, a criação de estratégias diante as demandas sociais se constitui como política pública. Portanto, com o Estado assumindo a execução de novas políticas econômicas e sociais, a população passa a exigir a resolução dos conflitos emergentes na sociedade atual e se caracterizam por um conjunto de direitos coletivos e sociais. A atuação da sociedade junto ao Estado visa a contemplação da promoção de cidadania a todos. (CRUZ; GUARESCHI, 2014).

Silva e Barboza (2009) abordam a exclusão social do público LGBTTT, a fim de constituir um espaço de luta no qual esses sujeitos possam discutir e propor enfrentamentos a essa lógica perversa da sociedade. Os autores trazem falas sobre a importância das militâncias

e da inserção desse público nos processos políticos, para que se constituam enquanto sujeitos de direitos, independente de suas orientações sexuais. Frente à desconstrução do modelo binário, o masculino e o feminino, Silva e Barboza (2009) ressaltam que as militâncias funcionam como agentes deste processo, buscando o reconhecimento das novas formas de identidade que rompem com essa lógica binária, na qual os militantes não devem de forma alguma se acomodar diante dos preconceitos presente no discurso da sociedade.

Refletindo sobre o papel do psicólogo junto aos movimentos LGBTs, Soares, Massaro e Campanini (2010) relatam perceber os pré-conceitos da sociedade com os profissionais que atuam junto aos movimentos LGBTs, e que ainda é recente a atuação da psicologia nessas discussões sociais e políticas, o que se fez repensar as práticas do profissional psicólogo, pensando de forma ética as diversidades presentes em nosso campo de atuação, respeitando as escolhas dos sujeitos com uma visão sem a presença de valores morais, sociais ou religiosos. Soares, Massaro e Campanini (2010); Detoni et al. (2011) contam que o psicólogo é visto por esse público, como apoio diante das dificuldades encontradas, sendo no contexto familiar, emocional, social e político. E discutem a inserção das psicologias nos movimentos sociais afim de propiciar novos olhares a se pensar os movimentos LGBTs, assim como outros movimentos sociais que impulsionam a criação de novas políticas que respaldem as minorias, e que infelizmente, por muito tempo foram considerados movimentos de resistência.

A respeito das contribuições da psicologia na construção de políticas públicas Detoni, Quartiero e Nardi (2012) e Detoni et al. (2011) mencionam que os movimentos de diversidade sexual são atravessados pelas políticas do Estado. E advertem que as políticas assistenciais deveriam proporcionar acesso e autonomia na oferta de seus serviços, mas que alguns programas do Estado fortalecem o controle de corpos e estigmas do público minoritário. Por isso, os autores destacam a importância e necessidade de estabelecermos novos saberes e produções teóricas que conduzam as práticas a uma lógica mais igualitária.

Pensando a homofobia nos atendimentos ao público LGBT no SUS, mais especificamente, no que se referem aos desafios em busca de uma igualdade no atendimento para todos, nota-se a presença do discurso heteronormativo e atendimentos “padrões” ligados às questões do masculino e feminino, que colocam os grupos minoritários em desvantagem, destacam-se como um universo diferente (CERQUEIRA-SANTOS ET AL., 2010; DETONI, QUARTIERO E NARDI, 2012; FERRAZ E KRAICZYK, 2010). Dessa forma os autores indicam a necessidade de discutir o caminho percorrido durante a construção das políticas públicas no país e as interferências ocorridas em suas implantações, afim de promover

interação entre as redes de atenção básica, a formação e capacitação dos profissionais atuantes, para que reconheçam e respeitem os indivíduos atendidos dentro de suas singularidades.

Outro dado importante do levantamento realizado por Cerqueira-Santos et al. (2010) é de que o grupo Trans representa o público mais afetado pelos preconceitos e discriminações no contexto social, que ainda estão fortemente entrelaçadas as classificações dos manuais diagnósticos de patologias. Pensando nesses discursos socioculturais, os autores ressaltam a recomendação feita pelo CFP em 1999, que destaca como papel do psicólogo contribuir com esclarecimentos relacionados a sexualidade que vise superar preconceitos e desconstruir o conceito de patologias sobre as questões de sexualidade.

Ferraz e Kraiczuk (2010) e Cerqueira-Santos et al. (2010), ao discorrerem sobre a equidade proposta pelas políticas públicas de saúde relatam que somente diante das condições de preconceito e discriminação é que o Estado Brasileiro reconheceu a necessidade da implantação de Políticas de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de certa forma, tem-se avançado na superação destes preconceitos, também dispõe como dever do Ministério da Saúde, junto as secretarias estaduais e municipais, distribuir ferramentas de divulgação sobre as políticas vigentes, a garantia de direitos, ao respeito e ao uso de seu nome social.

Como dispositivo de fiscalização o Ministério da Saúde, na portaria 2.837, define o Comitê técnico LGBT, que monitora, orienta e regula a implantação e implementação da Política nacional de Saúde Integral LGBT nas redes de atenção à saúde. Os participantes desse comitê devem contribuir com a produção de conhecimento sobre a saúde LGBT e o fortalecimento da participação dessa população em ações sociais e políticas, assim como participar e promover iniciativas de interação entre os setores voltados a saúde da população LGBT. O exercício das funções de membro do Comitê Técnico LGBT não são remuneradas, pois tratam-se de um trabalho voluntário de grande relevância ao público LGBT.

A política nacional de saúde integral ao LGBT só teve sua implantação efetiva após diversos movimentos buscando este espaço, rompendo preconceitos e lógicas de discriminação do público LGBT, dessa forma, Laurentino (2015) destaca que essa e outras políticas são decorrentes ao amadurecimento de nossa sociedade, que é reflexo das conquistas diante dos movimentos LGBTs em busca de igualdade. O autor esclarece sobre a escassez de informações e ações em prol da comunidade Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Laurentino (2015) ressalta sobre a necessidade de trazer esse assunto para as

discussões dentro das ciências sociais, políticas e de saúde para que se amplie o reconhecimento, os direitos e as lutas do público LGBT.

Assim, o autor finaliza que mesmo com os resultados positivos acerca da saúde do público LGBT, a prática efetiva dessas políticas é um processo social complexo que depende da atuação dos gestores, profissionais da área da saúde, da sociedade civil e principalmente da academia, fornecendo contribuições que visam romper os desafios e buscar a efetividade das antigas e novas políticas públicas no Brasil.

Com a consolidação de políticas emergentes, o projeto de lei que aprova a parceria legal de pessoas do mesmo sexo. A partir dessa nova formação conjugal, os casais homossexuais desvinculam-se de representações antigas e passam a exigir seus direitos sociais, com uma vida conjugal convencional, um casamento reconhecido e a possibilidade de ter filhos, adotivos ou biológicos, através de inseminação artificial. Com as discussões sobre a igualdade de direitos para os casais homossexuais, se torna evidente que além dos enfrentamentos sociais e jurídicos, os casais homoafetivos ainda sofrem por atravessamentos da ordem religiosa, que despertam uma lógica de preconceito e rejeição, de forma a enquadrar a homossexualidade como uma patologia (MELLO, 2005).

Pensando na formação acadêmica dos profissionais da psicologia, Felipe (2007), Borges (2009), Santana Borges et al. (2013) se propuseram a investigar a produção de conhecimentos sobre gênero, sexualidade e homossexualidade no contexto acadêmico, visando compreender como o ensino têm contribuído com instrumentos para mudanças teóricas e políticas das construções presentes em nossa sociedade acerca das discussões de gênero e desigualdade. Esses autores ressaltam que os estudos sobre gênero no meio acadêmico possibilitam novas formas de pensar a representatividade do masculino e feminino para além de apenas uma diferença anatômica e biológica. Mencionam também o quão produtivo seria pensar sobre gênero e identidade sexual nos diversos contextos que atravessam a constituição social e a importância de construirmos cada vez mais pesquisas que tenham como meta indagar discussões sobre gênero e sexualidade, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e materiais que levem a sociedade a importância desse debate.

Através destas reflexões pode-se ter uma visão do tipo de profissional que a academia tem formado e quais desafios esses profissionais podem encontrar em sua atuação, como reflexo de sua formação. Borges (2009) descreve a respeito das novas formas que os Conselhos de Psicologia, junto aos órgãos de Direitos humanos, têm debatido meios para

prevenção das desigualdades, preconceitos e estigmas que as pessoas do gênero não heterossexual têm sofrido. É pensando nessas novas concepções que a autora ressalta sobre a importância de prepararmos os profissionais da área da saúde a compreender cada sujeito como único, sem estigmas, promovendo a dignidade a igualdade entre todos, independentemente de suas escolhas sexuais.

3.3 Transgêneros nas políticas públicas de saúde

Dentre os dados levantados percorremos um caminho que perpassa desde a ética do profissional psicólogo, identidade de gênero, direitos fundamentais, as militâncias do público transgênero por sua inclusão nos contextos sociais e suas relações conjugais. Nossa pesquisa se caracteriza especialmente na vertente da psicologia social, ética profissional, e engloba de forma sucinta questões médicas e jurídicas. Vieira (1998) explica, inicialmente, que o transexual é aquele sujeito que não se identifica psicologicamente e socialmente com o seu corpo biológico, e com as imposições sociais. Relata ainda que para o transexual a única solução viável é a cirurgia de adequação de sexo, a mudança para órgãos genitais que coincidem com seu gênero psíquico, e, que para o paciente é o meio mais coerente para obtenção de sua satisfação e bem-estar pessoal. Somente um indivíduo capaz de discernir suas vontades e sentimentos é apto a realizar tal cirurgia.

No Brasil médicos que realizaram as primeiras cirurgias de mudança de sexo foram processados, mas posteriormente o parecer da justiça entendeu que os médicos estariam apenas realizando procedimentos, dentro de sua ética profissional, para diminuir o sofrimento dos pacientes sem interferir na integridade desses pacientes. (VIEIRA, 1998).

A ética profissional rege toda e qualquer profissão, para que cliente e profissional tenham respaldo sobre seus direitos e deveres. Sobre as práticas do profissional psicólogo, Rechtman, Castelar e Castro (2013) realizaram uma pesquisa visando saber como a ética se constitui para nossa profissão. Os autores apresentam que o Código de Ética Profissional do Psicólogo baseia-se nos princípios da Declaração dos Direitos humanos e na Constituição Federal, e, foi aprovado no ano de 2005. Ao longo dos anos, resoluções foram criadas para preencher as lacunas emergentes no Código de Ética Profissional do Psicólogo durante a prática de seus profissionais. Os valores e princípios trazidos no Código de Ética da profissão não podem ficar apenas no papel, elas devem ser respeitadas, para que se promova o desenvolvimento da profissão, zelando pelo respeito mútuo. (RECHTMAN, CASTELAR E CASTRO, 2013).

Nossa prática profissional possui influência direta na sociedade e produz efeitos. Diante disso, devemos promover ações que façam a sociedade compreender que todos somos livres, com direitos e deveres,

[...] sem distinção de origem geográfica, do fenótipo, da etnia, nacionalidade, sexo, faixa etária, presença de incapacidade física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual ou julgamento moral (BENEVIDES, 2007, p.84 *apud* RECHTMAN, CASTELAR E CASTRO, 2013).

Logo, a função do psicólogo no processo de transição de gênero não é a de apontar ou influenciar o sujeito, mas sim, propiciar ao indivíduo um espaço de acolhimento onde ele possa por si só perceber e trabalhar as causas do seu sofrimento psíquico.

O acompanhamento psicológico pode ser iniciado antes mesmo do indivíduo optar por realizar o processo de transição de gênero, como mencionam Almeida et al. (2013, p.126) “[...] os profissionais da psicologia recebem a legitimidade social para pesquisar e compreender o sofrimento psíquico” seguindo sempre sua postura ética. A psicóloga Elisa Verduguez mencionada por Almeida et al. (2013) diz que “[...] a terapia é necessária para entenderem que sempre serão transexuais, mas precisam se aceitar e se preparar para enfrentar as dificuldades de relacionamento e preconceito” (ALMEIDA, et al., 2013 *apud* Cidadão São Paulo, 2013, p.126).

Esse processo de psicoterapia não ocorre em tempo estipulado, cada sujeito é único em seu tempo e questionamentos, porém é de extrema relevância a continuidade do acompanhamento psicológico, podendo ser antes, durante ou depois da transição, para que o indivíduo tenha para si a certeza das mudanças físicas que irão ocorrer em seu corpo.

CFM publicou a Resolução nº 1.482/97, estabelecendo critérios que o paciente deve seguir de forma rigorosa para se submeter ao procedimento, desde a hormonização até a cirurgia propriamente dita, sendo eles: a) que o paciente seja selecionado a partir da avaliação de uma equipe multidisciplinar, constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social; b) o acompanhamento deve ser feito por dois anos; c) é necessário que haja um diagnóstico médico de transexualismo; d) bem como, que seja maior de 21 anos; e) a ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia; f) as cirurgias serão feitas somente em hospitais públicos ou universitários; G) é necessário o consentimento livre e esclarecido do paciente (RESOLUÇÃO nº 1.482/97 CRM).

Buscando compreender como se caracterizava um sujeito transexual ou transgênero, a medicina, em sua forma patologizante, ditava esse fenômeno enquanto um transtorno de identidade de gênero, porém, na última revisão do DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico

de Transtornos mentais) notamos a definição de uma Disforia de Gênero e não mais de um transtorno de identidade. O DSM-V destaca que a Disforia de gênero se caracteriza quando o indivíduo possui um descontentamento com o gênero que lhe foi designado biologicamente, o conceito permanece o mesmo, porém os estudos estão mais aprofundados.

O manual comenta ainda que a Disforia de gênero se refere a um sofrimento que pode acompanhar o sujeito, embora nem todos os indivíduos com Disforia sintam desconforto, muitos acabam sofrendo de forma aguda por não conseguir se submeter ao processo de hormonização ou de cirurgia (DSM-V, 2014, p.452).

Gênero vai muito além do biológico homem ou mulher como Almeida et al. (2013) explanam. Essa concepção é algo intrínseco da sociedade, se regula a uma lógica binária onde se estabeleceram posturas “adequadas”, e, o indivíduo que foge disso sofre preconceitos, discriminação e exclusão. Silva e Barboza (2009) retomam que ao se vincular o conceito de gênero a homem/mulher essas diferenças de certa forma constroem justificativas para manter a vulnerabilidade e exclusão social do público trans. Com isso, se faz necessário novamente a presença do profissional psicólogo, para promover ações de reflexão acerca das discussões de identidade de gênero, estando respaldado pela Resolução nº 01/1999 do CFP que instala como dever do psicólogo contribuir para o desaparecimento de preconceitos (ALMEIDA, et al., 2013, p. 122).

No cotidiano pouco se fala das discriminações e exclusões que os transexuais sofrem, em seu artigo Silva e Barboza (2009, p. 258) comentam que “travestis e transexuais tem vivido novos modos de estigmatização que complementam a pôr classe social, raça/etnia e de gênero”, mas afrontam o descaso e a negligência das políticas públicas, na tentativa de encontrar uma inclusão real a todos os direitos e deveres que um cidadão deve ter. A principal dificuldade encontrada por esse público é a aceitação de suas características estéticas que se diferem dos documentos de registros civis e a dificuldade encontrada, ainda nos dias atuais, para a atualização desses documentos (SILVA E BARBOZA, 2009).

Como os autores relatam, os movimentos travestis e transexuais tem vivido um momento de superação, suas manifestações estão gerando discussões de alta relevância na área política e científica, viabilizando continuamente a inclusão desse público nos contextos sociais. Contudo, transformar as relações naturais sem a criação de novas práticas, permanece um movimento desafiador. (SILVA E BARBOZA, 2009).

Considerando as reflexões abordadas, percebe-se que há ainda diversas discussões a serem propostas e revistas sobre os aspectos atravessam o processo de transição de gênero.

Como profissionais da saúde, psicólogos, devemos proporcionar ao sujeito transexual um espaço para que ele compreenda sua própria singularidade diante deste longo caminho a seguir. E enquanto agente de mudança, o psicólogo deve ser mais ativo e presente nos movimentos, levando a sociedade em geral uma compreensão mais acessível sobre o público transgênero. A informação quando difundida de forma correta pode operar em inúmeras mudanças positivas em nossa sociedade.

O sistema de conselhos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) vêm ao longo dos anos se posicionando através de resoluções, notas técnicas e movimentos sociais a cerca dos movimentos LGBTT, principalmente no que se refere à despatologização das identidades dessa população. Em 2014 a Comissão de Direitos Humanos do CFP iniciou a campanha “Despatologiza Trans”, afim de promover espaços e ações entre profissionais da psicologia, pesquisadores, ativistas, transexuais e travestis para que possam debater o fazer psicológico no processo de transexualização, pautados sobre os Direitos Humanos e debates políticos no Brasil e no mundo a respeito do tema, que está em constante construção.

Em 2015 o CFP lançou uma série de vídeos que discutem aspectos que envolvem a despatologização da pessoa trans, bem como debates online com a participação de membros dos conselhos, psicólogos e outras pessoas através das redes sociais do conselho. No dia da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, data criada pelo Ministério da Saúde em 2004, o sistema conselhos propõe debates e realiza entrevistas com pessoas trans para que discorram a cerca de seus enfrentamentos pela visibilidade. A contribuição mais recente do CFP foi em janeiro de 2018, no qual promoveu-se um debate sobre a visibilidade trans e a apresentação da Resolução CFP 01/2018 que orienta, reforça e estabelece normas de atuação para o profissional psicólogo ou psicóloga em sua atuação junto a população trans. Com isso, demonstrando apoio e abrindo espaço para a luta cada vez mais profissionais mostram-se interessados em produzir discussões e estratégias que visem a promoção da qualidade de vida da população LBGTT, a defesa de sua dignidade, cidadania e do acesso a seus direitos e as políticas públicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a busca pelos sentidos expressos no material discursivo trabalhado neste TCC, pode-se perceber que as discussões acerca do tema proposto se intensificam a partir do ano de 2011, período em que a Psicologia parece se evidenciar como uma ciência social e política

orientada pelos direitos humanos, abrindo espaço para discussões e propostas a respeito dos direitos sociais e a diversidade sexual. Na revisão dos artigos e cartilhas sobre o tema selecionado, percebe-se que em determinado período que o assunto se intensifica onde todos os autores tornam recorrentes suas propostas de atuação diante dos movimentos e produções acadêmicas.

Embora tais aspectos estejam presentes no Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado no ano de 2005, no qual fica expresso em seus princípios fundamentais que “o psicólogo baseara seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da igualdade e da integridade do ser humano”, se respaldando nos valores dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O dever ético da profissão ressalta ainda que o psicólogo deve atuar com responsabilidades sociais, culturais, econômicas e políticas, analisando de forma crítica e promovendo discussões e levando informações a população acerca dos assuntos emergentes.

Portando, este artigo considera que o psicólogo no âmbito das políticas públicas se fomenta em ser um instrumento incentivador das igualdades e liberdade de direitos. Lembramos sobre a importância de prepararmos nossos os profissionais, desde a graduação a pensarem as demandas emergentes em nossa atuação, para compreenderem cada sujeito como único, sem estigmas, promovendo a dignidade a igualdade entre todos, independentemente de suas escolhas sexuais.

Ressalvamos ainda que, diante dos inúmeros movimentos de promoção a saúde e construções de novas políticas públicas faz-se necessário uma atuação mais presente de nossos profissionais neste campo de atuação que se expande a cada dia, cabe a nós psicólogos e profissionais da saúde promover espaços que contribuam com discussões atuais sobre a temática e, ainda, empenhar esforços por meio do papel da psicologia a construção de novos sentidos para as políticas públicas de saúde da população Transgênero, ressaltando as reivindicações centrais desse público, articulando-as aos sentidos expressos pelo Código de Ética do Profissional Psicólogo, bem como aos direitos e a dignidade humana.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleni et al. Psicologia E Transtorno De Identidade De Gênero. **Revista Técnico Científica do IFSC**, v. 1, n. 5, p. 121, 2013.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-V, Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução: Maria Inês Correa Nascimento, et al; revisão: Aristides Volpato Cordioli, et al. 5ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Ministério da Saúde – Brasília, 2004.

_____. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT. Brasília: SEDH-Presidência da República, 2008b.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009b.

_____. **Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**. Secretaria de Direitos Humanos, Brasília-DF, 2011.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2013.

_____. **Portaria Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Ministério da Saúde. Brasília-DF. 2011.

_____. **Portaria Nº 2.837, de 1º de dezembro de 2011**. Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2011.

_____. **Portaria nº457 de agosto de 2008**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2008.

_____. **Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2013.

BORGES, Lenise Santana. (Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a Psicologia. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**. V.1, n. 1, 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Et al. Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 44, n.2, p.235-245, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, p.221-236, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética profissional do Psicólogo**. CFP, Brasília-DF, novembro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/2018**. Brasília-DF, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 1.955/2010**. Brasília:2010.

CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A constituição da assistência social como política pública: interrogação à psicologia**. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. Políticas Públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 5ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DETONI, Priscila Pavan; QUARTIERO, Eliana Teresinha; NARDI, Henrique Caetano. **A prática das políticas assistenciais articuladas às questões de gênero**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências sociais e humanidades, 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DETONI, Priscila Pavan; Et al. As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas a diversidade sexual. **Revista Psicologia Política**, v.11, n.22, 2011.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-posições**, v.18, n.2, (53), 2007.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5ª Edição – São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas públicas de saúde para população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT** – Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. 92 f.

MELLO, Luiz. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos pagu**, v.24. p.197-225, 2005.

RECHTMAN, Raizel; CASTELAR, Marilda; CASTRO, Rosângela. Ética e Direitos humanos na formação de profissionais de Psicologia em Salvador-Bahia. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 4, n. 2, p. 81-99, 2013.

SANTANA BORGES, Lenise; Et al. Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.33, n.3, 2013.

SILVA, Alessandro Soares.; BARBOZA, Renato. Exclusão social e Consciência Política: Luta e Militância de Tansgêneros no Entlaids. **Cadernos CERU**, série 2, v,20,n.1. junho de 2009.

SOARES, Alessandra Fragozo Batista; MASSARO, Ana Carolina; CAMPANINI, Karluze Suellen Morcella. O papel do Psicólogo junto ao movimento LGBTTT. **Anais do I simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Publicas**, ISSN, p. 2177-8248, 2010.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 6, n. 21, 1998.